



DESAFIOS E PRÁTICAS NA ATUAÇÃO DE DOCENTES NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR EM MÚSICA: um estudo a partir da perspectiva dos discentes

Nathalia Gabriella Fernandes Aguiar

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
nathlia99@gmail.com

Thamie Briane da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
thamie.silva.472@ufrn.edu.br

Raquel da Silva Araújo Ribeiro

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
raquelaraujo.98@hotmail.com

Diego Silva Araújo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
diego.ujo@hotmail.com

Como citar este artigo?

AGUIAR, Nathalia Gabriella Fernandes; SILVA, Thamie Briane da; RIBEIRO, Raquel da Silva Araújo; ARAÚJO, Diego Silva. Desafios e práticas na atuação de docentes na inclusão de estudantes com deficiência visual no Ensino Superior em Música: um estudo a partir da perspectiva dos discentes. *In: Encontro sobre Música e Inclusão*, 11., 2024, Natal/RN, **Anais eletrônicos** [...]. Natal/RN: EMUFRN, 2024. Tema: Participação e responsabilidade coletiva para o fortalecimento da Inclusão e Acessibilidade. p. 133-148. Disponível em: <https://ojs.musica.ufrn.br/emi>.

RESUMO

Considerando os desafios enfrentados por pessoas com deficiência visual no acesso e na permanência no Ensino Superior, o presente trabalho tem como objetivo compreender, a partir da perspectiva dos estudantes e egressos, que possuem deficiência visual, as dificuldades e práticas de docentes no Ensino Superior da unidade acadêmica da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão de literatura, seguida pela aplicação de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram conduzidas com discentes com deficiência visual, tanto egressos quanto atuais estudantes, do curso superior da unidade acadêmica. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, se caracterizando como um estudo de caso no procedimento técnico. Como resultado, a partir da análise das respostas, observamos que o principal fator que dificulta o desenvolvimento, acesso, permanência e conclusão de alunos com deficiência visual é a lacuna entre o que as leis preveem sobre a inclusão educacional e a realidade vivenciada por eles. É comum que os estudantes enfrentem dificuldades em determinadas disciplinas, principalmente devido ao nível de exigência do curso superior, no entanto, essas dificuldades não devem decorrer da inacessibilidade metodológica do ambiente acadêmico em relação à deficiência do aluno, um fator que foi evidenciado durante as entrevistas realizadas para a coleta de dados.

PALAVRAS-CHAVE

inclusão; música e deficiência visual; ensino superior; educação musical; educação musical inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

Considerando os desafios no acesso e permanência enfrentados por pessoas com deficiência visual no Ensino Superior, este trabalho tem como objetivo compreender, a partir da perspectiva dos estudantes e egressos, que possuem deficiência visual, as dificuldades e práticas de docentes no Ensino Superior da Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN).

A partir da investigação sobre a percepção que egressos e estudantes com deficiência visual da licenciatura e bacharelado em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte têm sobre a metodologia de ensino dos professores, será possível analisar os principais fatores que dificultam o acesso e permanência nesses cursos. Além de verificar como que ocorre o desenvolvimento acadêmico, participação e percepção que esses estudantes possuíram e possuem, durante o curso.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos da pesquisa, foram estabelecidos procedimentos necessários para delimitar os passos a serem realizados, bem como a coleta e análise de dados. O trabalho trata-se de uma pesquisa aplicada, direcionada a identificação de problemas específicos com interesses locais e buscando soluções práticas (Prodanov, 2013). Do ponto de vista da abordagem do problema, observa-se uma análise qualitativa, com o intuito de "explorar as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente" (Moreira; Caleffe, 2006, p. 73).

Além disso, realizamos uma pesquisa bibliográfica com o intuito de entender o estado atual da literatura com relação à Educação Musical Especial e Inclusiva (Cunha, 2006; Rosseto, et al., 2006; Bonilha, 2010; Souza, 2010; Louro, 2015; Cunha, 2018; Moraes, 2020; Souza, 2023).

Como instrumento de coleta de dados, definiu-se uma entrevista semiestruturada. A entrevista foi construída com o objetivo de investigar a percepção que egressos e estudantes com deficiência visual do curso superior em Música têm sobre a metodologia de ensino dos docentes da unidade acadêmica selecionada. Os pontos levantados durante as entrevistas foram relacionados com a revisão de literatura da área para que pudessem ser fundamentadas, havendo a triangulação dos dados com a teoria.

No procedimento técnico, obtemos os dados necessários para a realização da pesquisa por meio do estudo de caso, que de acordo com Prodanov (2013, p. 60), “consiste em coletar e analisar informações sobre um determinado indivíduo, uma família ou um grupo” com o intuito de pesquisar aspectos variados de sua vida. No caso desta pesquisa, por se tratar de um contexto específico, delimitamos o lócus como os estudantes com deficiência visual, egressos ou com vínculo ativo, do curso superior em Música da Licenciatura e do Bacharelado.

2 DESAFIOS E AVANÇOS DA EDUCAÇÃO MUSICAL INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR

A ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por meio do Decreto nº 6.949/2009 (Brasil, 2009), consolidou o direito de acessibilidade e inclusão em todos os níveis de ensino, incluindo a educação superior. Segundo Ávila (2022), essa regulamentação foi fundamental para aumentar o acesso de estudantes com deficiência ao ensino superior. No entanto, apesar dos avanços legais, ainda existem barreiras consideráveis, especialmente durante o estágio curricular obrigatório, uma fase essencial na formação profissional dos estudantes com deficiência.

Os estudos conduzidos por Ávila (2022) e Souza (2023) revelam que, embora a legislação seja abrangente, existem desafios significativos em sua implementação prática. A falta de transporte acessível, ausência de materiais adaptados e a presença do capacitismo são fatores que prejudicam o pleno desenvolvimento das competências profissionais dos estudantes.

Essas dificuldades também se refletem no campo da Educação Musical, como observa Souza (2010). A autora discute a inclusão de alunos com deficiência visual no ensino de Música e ressalta que, apesar das melhorias nas políticas públicas, os professores de Música ainda enfrentam incertezas e desafios ao lidar com a diversidade em sala de aula. Para que a inclusão seja verdadeiramente efetiva, a legislação deve ser acompanhada pela capacitação dos professores e pela oferta de recursos específicos, como as tecnologias assistivas.

No contexto da Educação Musical, a legislação brasileira também segue os princípios de inclusão. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva (Brasil, 2008) sublinha a importância de garantir a participação de estudantes com deficiência em todas as modalidades de ensino, incluindo a musical. No entanto, como argumenta Souza (2010), a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas nas aulas de Música exige um aprofundamento das estratégias pedagógicas e uma revisão dos currículos, que frequentemente não contemplam de forma adequada às necessidades desses estudantes.

A inclusão de pessoas com deficiência na Educação Musical é uma das áreas que necessitam de atenção, dada a especificidade das habilidades exigidas para o aprendizado musical. Assim, a legislação deve garantir não apenas a entrada, mas também a permanência e o sucesso desses alunos, assegurando que o ensino de Música seja acessível às diferentes formas de aprender e de se expressar musicalmente.

A inclusão é um ato intencional e responsável, no qual a instituição escolar garante condições adequadas para que todos os estudantes possam aprender, promovendo a igualdade de acesso ao conhecimento por ela disponibilizado. No Brasil, apesar de existir uma legislação que regulamenta as práticas educacionais inclusivas, considera-se que, para a concretização desse processo, tais normativas não se revelam tão determinantes quanto à superação das barreiras atitudinais, as quais ainda persistem de forma significativa nesse contexto (Bonilha, 2010). Além disso, a inclusão, como se mostra nas leis, acontece apenas nos papéis, tornando-se uma prática longe do cotidiano acadêmico.

Apesar de o Brasil ter desenvolvido um sólido conjunto de normas voltadas à inclusão educacional, ainda há muito a ser feito para assegurar a eficácia dessas políticas. A legislação, por si só, não garante a inclusão plena, para tanto é necessário que as instituições de ensino se comprometam a criar condições acessíveis e equitativas para todos os estudantes. O desafio reside na implementação de práticas que atendam diretamente às necessidades dos alunos com deficiência, superando as barreiras que ainda persistem e garantindo que o direito à educação inclusiva seja plenamente respeitado.

Assim sendo, no que diz respeito à acessibilidade a espaços, mais especificamente ao Ensino Superior em Música, ainda percebe-se alguns entraves no que corresponde à inclusão de estudantes com deficiência. Louro (2015) afirma que o ensino ainda carrega diversas contradições e segregações, tais como as escolas especiais. A autora argumenta que ao invés das instituições se encontrarem aptas a

receber qualquer sujeito, o seu ensino ainda é baseado em séculos passados, com conteúdos e avaliações inflexíveis e com rendimento padronizado a partir das idades. Dessa forma, reconhecendo a aprendizagem como um fim e não um meio.

Tendo em vista que "a educação é um bem social, fundamental para o desenvolvimento do indivíduo e se configura como um dos requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania" (Souza, 2023, p. 49), faz-se primordial que não haja margem para segregação de qualquer segmento da população em algo que é um direito básico, a educação. Porém, um ponto crucial na Educação Inclusiva, de acordo com Souza (2023), seria o investimento na formação de profissionais da educação, capacitados para atender estudantes com deficiência.

Posto isso, ainda hoje é perceptível essa dificuldade de inclusão, efetivamente, em nosso país. Quando se trata do contexto musical, essa realidade não é diferente. Os obstáculos enfrentados não são poucos e dentre eles está a democratização de um ensino musical inclusivo. No Brasil, é possível encontrar Educação Musical Especial e Inclusiva, mesmo que de difícil acesso, contudo, em conformidade com Louro (2015), são poucos os trabalhos inclusivos na área da Música, que unem pessoas com e sem deficiência, pensando na inclusão e não na integração.

A formação docente faz-se de suma importância para o desenvolvimento da Educação Musical Inclusiva (Louro, 2015; Souza, 2023). A docência, principalmente na área de Música, exige um elevado grau de profissionalismo e saberes específicos. Ademais, não basta o professor de Música saber música, ele precisa ter conhecimento pedagógico e metodológico (Louro, 2015; Shulman, 2014; Cunha, 2004; Cunha, 2018) considerando o desenvolvimento pleno de estudantes.

Louro (2015) e Nóvoa (1997) defendem a formação continuada dos docentes. Eles compreendem que o professor não pode estagnar e inferir que a graduação será capaz de abarcar todo o conhecimento necessário para a sua formação. Infelizmente, a carência de conhecimento e insegurança por parte de professores ainda é recorrente no campo da Educação Musical. Em grande parte, é decorrente da limitada oferta de disciplinas, no currículo da Licenciatura em Música, que abordam conhecimentos específicos da área, o que reforça a necessidade de formação continuada (Souza, 2023).

3 A EDUCAÇÃO MUSICAL ESPECIAL E INCLUSIVA NA ESCOLA DE MÚSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A Educação, mais especificamente, a Educação Musical, pode se tornar cômoda e inflexível no que se refere a metodologias atualizadas que objetivam o desenvolvimento de todos os alunos. Em alguns casos, é necessário introduzir um elemento que evidencie o estranhamento, a instabilidade e a fragilidade do ensino musical formal. Na EMUFRN, desde o ingresso do primeiro estudante com deficiência visual na unidade acadêmica, em 2009, os docentes têm se organizado progressivamente, de maneira mais eficaz, para atender às demandas metodológicas na formação musical (Souza, 2023).

O movimento de ingresso desse educando com deficiência visual gerou um movimento em torno da inclusão educacional, resultando na criação de ações de extensão a partir de 2011, como o Curso de flauta doce para pessoas com deficiência visual, posteriormente denominado como Projeto Esperança Viva. Em sua tese, Souza (2023), demonstra que até em 2015, haviam sido aprovadas 21 ações de extensão, dentre elas, 16 relacionando-se com a Educação Musical de pessoas com deficiência visual, envolvendo cursos, projetos, programas, eventos e produtos que atenderam a comunidade externa e interna da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Ademais, com a enorme participação e presença desse público na unidade acadêmica, tanto nos projetos de extensão como no ingresso nos cursos de nível técnico e superior, surgiu a necessidade da criação do Setor de Musicografia Braille e Apoio à Inclusão (SEMBRAIN). À medida que o ingresso de pessoas com deficiência visual se tornava crescente, a alta demanda por materiais acessíveis se mostrou necessária. No entanto, a falta de profissionais capacitados que entendessem acerca da Notação em Braille era ampla.

Por conta disso, são poucos os materiais no Sistema Braille (Bonilha, 2010; Tomé, 2016; Moraes, 2020; Aguiar; Moraes, 2022; Souza, 2023), haja vista que o desenvolvimento destes requer a participação de profissionais especializados em diversas etapas do processo, abrangendo a transcrição, precisão técnica e de conhecimento específico, até sua materialização. Dessa maneira, o SEMBRAIN vem atuando, de maneira significativa, na disseminação de conhecimento, ofertando cursos

de capacitação e oficinas acerca da Musicografia Braille ao público interno e externo da UFRN. Sendo, portanto, referência, nacional, e até mesmo, internacional, no que se refere a Educação Musical Especial e Inclusiva.

Dados de ingresso, apontam que no período de 2011 a 2019, houve uma matrícula por ano nos cursos superiores ofertados pela escola (Souza, 2023). Atualmente, os dados coletados em dezembro de 2023, pela Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA) da UFRN, mostram que a EMUFRN abriga 6 dos 18 estudantes com deficiência visual ativos em toda a instituição (SIA, 2023).

4 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES E EGRESSOS

Foram realizadas cinco entrevistas, sendo duas com egressos e três com estudantes com vínculo ativo na Licenciatura em Música. Vale ressaltar que esta pesquisa reflete as percepções desses indivíduos sobre a realidade que cada um vivenciou ou ainda vivencia no curso superior em Música, não podendo, portanto, ser generalizada para outros contextos, pois tratam-se de experiências particulares.

As entrevistas tiveram uma duração média de 25 a 30 minutos. Inicialmente, os pesquisadores se apresentaram aos participantes, seguido pela leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com a oportunidade de esclarecer eventuais dúvidas sobre a pesquisa. Duas entrevistas foram presenciais, enquanto as outras três ocorreram online devido a conflitos de horários. As entrevistas presenciais aconteceram na EMUFRN, em salas fechadas, para evitar interferências externas.

Os eixos centrais das entrevistas foram três: o primeiro abordou as dificuldades e facilidades no acesso e permanência na graduação; o segundo investigou a percepção dos estudantes sobre a formação e preparação dos docentes para ensinar estudantes com deficiência visual, além de explorar mudanças que poderiam ser positivas nas metodologias adotadas pelos professores; e o terceiro discutiu questões de inclusão, exclusão e segregação vivenciadas durante o curso. Esses eixos estão interligados, facilitando a análise e triangulação dos dados

A seguir, explana-se as percepções dos estudantes conforme os eixos norteadores mencionados, respeitando as particularidades de cada relato.

4.1 Dificuldades e Facilidades no Acesso e Permanência na Graduação

No primeiro eixo, que aborda as dificuldades e facilidades no acesso e permanência na graduação, os estudantes relataram desafios significativos tanto no acesso quanto na permanência no Ensino Superior. Em relação ao acesso, os Entrevistados 2, 3 e 4 mencionaram dificuldades em acompanhar o ritmo de leitura, pesquisa e escrita, atribuídas à falta de acessibilidade nos materiais.

Bastante, pelo motivo que o modelo de ensino é totalmente diferente do ensino básico. Então eu senti bastante dificuldade no contato, na leitura, vários artigos para ler, pesquisar, escrever. (Entrevistado 2).
Eu passei por experiência já de professor trazer material e ficar passando pra turma e eu sem entender o que estava acontecendo. Então eu sempre questionava: "Professor, o que é que você trouxe? Como é que você vai trabalhar isso comigo?". (Entrevistado 3).
Eu acho assim, que eles [docentes] precisam, antes de passar algum trabalho, alguma coisa, na sala, vêem se aquilo ali, se o material que eles estão pedindo, se aquele material já tem adaptado, se por acaso tem uma forma de ser adaptado para quem é deficiente. (Entrevistado 4).

Conforme apontado pelos colaboradores, a dificuldade em acompanhar o ritmo de leitura, pesquisa e escrita não está relacionada à deficiência visual, mas sim às condições de acesso. O material, independentemente de sua natureza, passa por um processo antes de chegar ao estudante. Uma possível solução seria enviá-lo ao SEMBRAIN para verificar sua acessibilidade. Caso o material não esteja em um formato acessível, ele é incluído na lista de demandas para adaptação. Assim, o texto se torna acessível para leitores de tela ou é impresso no Sistema Braille, sendo então enviado ao estudante.

Além disso, outro obstáculo significativo é o envio tardio de materiais pelos professores. Muitas vezes, o material, seja texto, apostilas, exercícios, avaliações, partituras, é enviado com pouca antecedência, dificultando a preparação em tempo hábil. A necessidade de transcrever para o Sistema Braille ou deixar um texto acessível para leitor de tela exige atenção, estudos específicos e recursos, que, quando não são devidamente planejados, podem levar a falhas no processo de preparação e atrasos no recebimento do material pelo aluno.

Outra dificuldade abordada na entrevista, se diz respeito à acessibilidade. Quando perguntado ao Entrevistado 5, ele explana que a experiência de transitar entre

os diferentes setores da universidade foi "péssima", pois alguns setores não possuem acessibilidade para pessoas com deficiência visual.

É péssimo, péssimo, muito péssimo. É negativo. É... Aqui dá pra eu me mover, mas em outro setor é muito péssimo, muito péssimo. Não tem assim... não tem eu... eu fiquei no começo do semestre... eu paguei psicologia no setor 1, lá não tem acesso pra pessoa com deficiência visual. Eu ralei procurando a sala. (Entrevistado 5).

Em contrapartida, quando refere-se às facilidades encontradas no acesso e permanência, os entrevistados relatam que o apoio do SEMBRAIN facilitou o processo seletivo no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no Teste de Habilidades Específicas (THE).

Não, para mim foi tranquilo, porque eu já estava sendo acompanhado pelo pessoal, na época do Esperança Viva, que não era a Esperança Viva ainda, então eu tive uma certa segurança. Na prova já era algo que eu já conhecia, já sabia que ia cair, já tinha mais ou menos noção, sabia não, tinha noção mais ou menos que possivelmente ia cair porque eu tinha olhado o edital anterior. (Entrevistado 2).

THE não foi tão complicada, porque o SEMBRAIN já estava preparado quando eu quis fazer a prova, eu escrevi e o... o... a Escola de Música se responsabilizou, né, por enviar o material pro setor, para o SEMBRAIN, para que eles pudessem preparar o material e eu pudesse fazer a usabilidade. No caso da leitura, do solfejo, fazer as leituras de materiais... (Entrevistado 3).

4.2 Formação e Preparação dos Professores do Curso Superior em Música na EMUFRN para Ensinar Estudantes com Deficiência Visual

No segundo eixo norteador, os estudantes relataram situações em que se sentiram excluídos e segregados, tanto pelos colegas de turma quanto pelos docentes. Esses relatos evidenciam que, embora a inclusão seja defendida pelo Decreto nº 6.949/2009 (Brasil, 2009), que assegura o direito à acessibilidade e inclusão em todos os níveis de ensino, incluindo a educação superior, essa inclusão, muitas vezes, permanece apenas no papel, sem se concretizar na prática.

Eu já cheguei até a fazer uma pergunta que eu não sei se é correto, eticamente correto. Eu cheguei a perguntar como ele planejava a aula. Ele não gostou da pergunta. Porque eu senti falta, realmente, de uma interação melhor na questão de trazer materiais que me dessem suporte, realmente. (Entrevistado 3).

A minha dificuldade que tive foi porque... é... professores não são preparados, não estou generalizando 100%, mas 70% eles não são preparados para trabalhar com deficiência visual [...]. Eu bati muito com a cara na parede para ver se o professor conseguia me entender. Saí chorando, teve dia de eu sair chorando da sala de aula porque o professor não tava ligando nem aí para mim [...]. (Entrevistado 4).

Eu fico muito ali no SEMBRAIN [...] e vejo alguns professores entrando só para saber se o material está pronto e para trazer uma ideia, mas é tipo assim para que o SEMBRAIN desenvolva, não ele. Então... assim... eles não procuram saber... Qual a dificuldade desse menino?... Qual o nível acadêmico desse menino?... Como é que foi... o desempenho desse menino na disciplina anterior?... O que é que ele precisa?... Quais as ferramentas?... Eu não vejo nada disso. Então... assim... os que entram é porque estão preocupados para... os materiais estarem prontos e ser entregue a esses alunos. Mas ele não sabe como é que esse aluno está absorvendo esse conhecimento. (Entrevistado 2).

Apesar de a EMUFRN contar com o SEMBRAIN, um setor de referência em Educação Musical Especial e Inclusiva, e de haver uma presença significativa de estudantes com deficiência visual, os colaboradores discorrem sobre a problemática dos docentes não participarem dos cursos, oficinas e eventos oferecidos por esse setor. Esses relatos nos levam a questionar a concepção de inclusão que esses professores têm — ou, talvez, não tenham. Até que ponto a deficiência realmente impede o desenvolvimento do estudante?

Os relatos apontam que a falta de preparação e formação dos docentes representa um obstáculo para a implementação de uma Educação Inclusiva, conforme estabelecido pelas leis.

4.3 Questões de inclusão, exclusão e segregação sentidas durante o curso

Neste terceiro eixo, as citações explanadas a seguir, decorreram da seguinte questão norteadora: “Em algum momento, durante a sua formação, você se sentiu excluído ou segregado?”.

O entrevistado 1, relata que sentiu-se excluído em momentos de realizações de atividades em grupos:

[...] Por exemplo, com formar grupos de trabalhos [...] Aquele aluno que tem alguma limitação visual vai ficando sozinho e talvez tenha vergonha de falar para o professor que está aqui sozinho etc. [...] Além dos preconceitos da sociedade [...] A gente pode se sentir um

pouquinho pra baixo, meio triste, isolado, assim. Eu, por exemplo, já fiquei só [sozinho] em uns grupos, então não tive grupo. (Entrevistado 1).

O entrevistado 2, discorre sobre as situações em que se sentiu invisibilizado pelo corpo docente:

90% das aulas sim, porque os professores esquecem que tinha uma pessoa com deficiência em sala de aula, então por esse motivo eles falavam, explicavam como se não houvesse alguém ali com deficiência. Então, sinalizavam no quadro, aqui, ali, aqui embaixo, aqui, isso. Então, esses são os termos que deixam o cego literalmente isolado, nem excluído, é isolado de todos. (Entrevistado 2).

O Entrevistado 3 relata situações semelhantes às dos entrevistados 1 e 2, destacando a dificuldade de inclusão nas atividades coletivas e a falta de adaptações no material pedagógico por parte dos docentes. Além disso, ele percebeu que o que estava acontecendo "não era aquilo que deveria ser" demonstrando entender que de alguma forma os seus direitos não estavam sendo respeitados:

[...] Me senti um pouco excluído [...] na questão das atividades, que eram propostas. Quem conseguiu planejar a atividade e me incluiu, parabéns, mas algumas vezes eu já me sentia como um peixe fora d'água. Eu tentava me encaixar de alguma forma, mas não era aquilo que deveria ser. (Entrevistado 3).

No relato do Entrevistado 4, percebe-se a angústia do estudante que não recebeu o devido apoio dos docentes. Ele descreve uma situação que afetou diretamente a qualidade de seu aprendizado devido à falta de adaptação dos métodos pedagógicos:

Eu, no primeiro semestre paguei uma disciplina que a professora, ela fazia muito trabalho no quadro, e, simplesmente um dia ela chegou na sala e disse: "Você não precisa, não precisa ficar hoje porque o que eu vou ensinar para os alunos você não precisa aprender!" Como é que eu não precisaria aprender, se eu estava ali pra poder me formar como professora? Licenciatura em Música. E simplesmente ela disse na minha cara isso e eu disse: "mas professora..." "Não! Você não precisa aprender." Na frente de todo mundo, "Você não precisa aprender." (Entrevistado 4).

Outra fala impactante é relatada pelo entrevistado 5, que afirmou: "Eu me sinto como se fosse um inútil". Embora sejam relatos difíceis, é fundamental trazê-los à tona para evidenciar a realidade da falta de formação e capacitação dos docentes para lidar com a diversidade em sala de aula. O papel do professor, assim como suas atitudes e

comportamentos, está diretamente relacionado ao sucesso do estudante. A sala de aula deve ser um espaço de acolhimento às diversidades, e não de exclusão.

Fonseca (2022) traz apontamentos sobre a importância de pessoas com deficiência estarem inseridas na sociedade com infraestrutura adequada para recebê-las. Para que essa inclusão ocorra, é necessário mudanças estruturais culturais e atitudinais. Ministras aulas para pessoas com deficiência, seja ela qual for, não significa estratégia mirabolantes, se trata mais de atitude e interesse de conhecer o próximo, saber como ele aprende e pesquisar a respeito.

A exclusão decorrente da deficiência resulta não apenas na marginalização dos estudantes, mas também na desvalorização e limitação profissional dos docentes que não estão preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. Vale ressaltar que a deficiência, por sua própria natureza, é uma forma de diversidade que exige uma abordagem pedagógica específica e inclusiva.

5 ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES E EGRESSOS

A partir da análise das respostas, observamos que o principal fator que dificulta o desenvolvimento, acesso, permanência e conclusão de alunos com deficiência visual é a lacuna entre o que as leis preveem sobre a inclusão educacional e a realidade vivenciada pelos estudantes.

Por conta do nível exigido no curso superior, é até esperado que os estudantes enfrentem algumas dificuldades, contudo, esses empecilhos jamais devem ocorrer pela falta de acesso aos materiais metodológicos dos docentes em relação à deficiência do aluno, um fator que foi evidenciado durante a fala dos colaboradores.

De acordo com Freire (1996), a educação deve ser uma prática libertadora, que respeite as diferenças individuais e culturais, e deve ser construída a partir das necessidades e realidades dos alunos. Entretanto, o que se observa na prática acadêmica é que, apesar das legislações garantirem o direito à inclusão, muitas vezes essas políticas não são implementadas de forma efetiva, e os docentes não buscam, de maneira consistente, informações, ferramentas e capacitação adequadas que promovam o desenvolvimento pleno dos alunos com deficiência visual

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Nathalia Gabriella Fernandes; MORAIS, Agamenon de. A Musicografia Braille aliada à execução musical por pessoas com deficiência visual. *In*: PEREIRA, David Barbalho *et al.* (org.). **Práticas, desafios e reflexões na educação musical inclusiva**. Natal/RN: EMUFRN, 2022. v. 1, p. 98-111. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48875>. Acesso em 21 out. 2024.

BONILHA, Fabiana Fator Gouveia. **Do toque ao som**: o ensino da musicografia braille como um caminho para a educação musical inclusiva. 2010. 261 f. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, UNICAMP, Campinas, SP, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/777480>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. **A política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 21 de out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 21 out. 2024.

CUNHA, Maria Isabel da. Diferentes Olhares Sobre as Práticas Pedagógicas no Ensino Superior: a docência e sua formação. **Educação, [S.l.]**, v. 27, n. 3, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/397>. Acesso em: 17 out. 2024.

CUNHA, Maria Isabel da. Docência na Educação Superior: a professoralidade em construção. **Educação, [S.l.]**, v. 41, n. 1, p. 6–11, 2018. DOI: 10.15448/1981-2582.2018.1.29725. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/29725>. Acesso em: 17 out. 2024.

FONSECA, Mauricio Eslabão da. **A inclusão no ensino superior em música**: um estudo com licenciandos com deficiência visual na EMUFRN. 2022. 139f. Dissertação (Mestrado em Música) - Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49065>. Acesso em: 29 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz, 1996.

LOURO, Viviane. Educação musical inclusiva: desafios e reflexões. *In*: SILVA, Helena Lopes da; ZILLE, José Antônio Baêta. **Música e educação**: Série

Diálogos com o Som. Barbacena: Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2015, p. 33-49.

MORAIS, Pâmela Araújo de Moura. **Especificidade da escrita Braille aplicada ao violão**. 2020. 97f. Dissertação (Mestrado em Música) - Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30332>. Acesso em: 21 out 2024.

MOREIRA, Herivelto; Caleffe, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e profissão docente. *In: Os professores e a sua formação*. 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. p. 15-33.

ROSSETO, Elizabeth *et. al.* Aspectos históricos da pessoa com deficiência. **Educare et Educare**, v. 1, n. 1. Cascavel: Unioeste, 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1013/865>. Acesso em: 20 out. 2024. p. 103-108.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=zUDsAQAAQBAJ&lpg=PA13&ots=dc11ggwaDM&dq=info%3A0x5-9P1eCQ8J%3Ascholar.google.com&lr&pg=PA1#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 out. 2024.

SHULMAN, Lee S. Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma. **Caderno CENPEC**, n.2, v. 4, p. 196-229, 2014.

SOUZA, Catarina Shin Lima de. **Educação musical de pessoas cegas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011-2019)**. 2023. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55099>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SOUZA, Catarina Shin Lima de; **Música e inclusão: necessidades educacionais especiais ou necessidades profissionais especiais?**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação Musical) - Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Música, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/9148>. 16 nov. 2023.

TOMÉ, Dolores. **A infocomunicação em harmonia com a musicografia braille: proposta de plataforma digital inclusiva**. 2016. 310 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Universidade de Aveiro, Porto, Portugal. 2016. Disponível

em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/122779>. Acesso em: 21 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN).
SECRETARIA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE (SIA). **Relatório de Gestão da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade - Exercício de 2023**. Ministério da Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Reitoria, Secretaria de Inclusão e Acessibilidade. Disponível em: <https://sia.ufrn.br/documentos>. Acesso em: 21 out. 2024.